

192 Espaço Aberto
15 DEZ 1991

JORGE ZAVERUCHA

Muitos dos congressistas que se mostraram ávidos por aumento nos seus salários durante o ano se revelaram avaros no trato das relações civil-militares. Em vez de aumento, deveriam ter recebido punição por não cumprirem a obrigação de defender os interesses da população, que paga seus salários.



Em agosto, a imprensa revelou que o presidente Collor havia gasto US\$ 65 milhões de seu orçamento secreto em pesquisas nucleares e custeio de ex-funcionários do SNI. Orçamento secreto, vários países democráticos têm. O que chama a atenção no caso brasileiro é que as contas estavam mais para clandestinas que para secretas. Os parlamentares encarregados de verificar o orçamento, e que tinham a obrigação de denunciar o ocorrido, esquivaram-se, alegando ser o documento inaudível, pois vinha "codificado". Em lugar, então, de exigirem maior transparência no trato orçamentário, se fizeram de desentendidos, bancando o jogo do Executivo. Foi preciso que a imprensa denunciasse o caso para que o contribuinte pudesse ter uma idéia do obscurantismo com que é gasto seu dinheiro. Para variar, nenhuma atitude institucional foi tomada para evitar a repetição dos fatos. Por que nosso Congresso não cria algo similar ao General Accounting Office, o braço investigativo do Congresso americano? Será que uma instituição

Inércia congressual

desse porte não intimidaria os adeptos da opacidade no trato do dinheiro público?

Idéia parecida teve o ex-deputado Paulo Guedes. Preocupado com a persistência de artifícios que funcionam à margem dos mecanismos rotineiros de controle de aplicação de recursos públicos e do fluxo de informações, Guedes apresentou projeto de criação de uma espécie de comissão de inteligência para fiscalizar a ação do governo. Foi arquivado. Em maio de 1990, o deputado Fábio Feldman requereu ao presidente do Senado a criação de uma comissão mista para fiscalizar e aprovar as atividades nucleares no Brasil. Não foi atendido. O deputado renovou o pedido em agosto, e nada indica que terá melhor sorte.

Em julho, Collor sancionou o projeto de lei complementar nº 69, aprovado pelo Congresso em junho. Essa lei regulamenta o papel constitucional das Forças Armadas e ganhou importância depois dos tristes acontecimentos em Volta Redonda envolvendo operários, tropas do Exército e Polícia Militar. Pois bem, o Congresso não patrocinou amplo debate sobre a Lei 69, e é provável que o leitor só esteja sabendo dela agora. Tal lei, além de manter as Forças Armadas como guardiãs da lei e da ordem, regularizou, como atribuições militares, tarefas que caberiam ao Ministério dos Transportes em qualquer democracia consolidada. A Aeronáutica continua controlando o espaço aéreo civil por meio do Departamento de Aviação Civil (DAC), bem como a política aeroespacial. A Marinha, por sua vez, controla a Marinha Mercante e o licenciamento de navios civis. Mesmo

ESTADO DE SÃO PAULO
assim, o deputado federal Nelson Jobim afirmou que o projeto de lei complementar havia encerrado a discussão sobre o papel constitucional das Forças Armadas. Um mês depois, contudo, um juiz carioca convocou a Polícia da Aeronáutica para desalojar a viúva de um funcionário civil da força. Foi uma atitude ilegal, pois a Lei 69 estipula que as Forças Armadas só podem ser convocadas pelos presidentes da República, do STF, do Senado ou da Câmara, mas sempre com o aval do presidente da República. O Congresso novamente se omitiu.

Em setembro, numa articulação entre o Legislativo e o Executivo, o presidente Collor sancionou uma lei inconstitucional (o mérito da lei foi alterado pelo Senado, que estranhamente não a devolveu à Câmara) concedendo pensão vitalícia às filhas de militares que continuassem solteiras. Aproveitando a inércia do Congresso em resolver a questão, em novembro o chefe do EMFA, general Antônio Luís Veneu, baixou portaria regulamentando o privilégio. Quem merece aumento de salário é o vice-líder do PSDB na Câmara, deputado Paulo Hartung: ele, além de ter denunciado a inconstitucionalidade da lei, protestou contra a atitude do general Veneu. De nossa parte, esperamos que ainda exista um número suficiente de congressistas, com ou sem aumento de salários, dispostos a fazer valer a Constituição.

■ *Jorge Zaverucha, doutor em ciência política pela Universidade de Chicago, é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas*

25 DEZ 1991